



O RACISMO E A QUESTÃO RACIAL NAS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

*André Filipe Pereira Reid dos Santos**

*Quenya Correa de Paula**

Resumo

O presente estudo visa abordar como, ao longo dos anos, as diferentes concepções intelectuais trataram o fenômeno étnico racial no Brasil. Abordando as três vertentes fundamentais: o racismo científico do século XIX, a teoria hegemônica na atualidade que é o mito da democracia racial e a concepção estruturalista da pobreza, a partir do estudo de raça. A população negra no país segue marginalizada e o racismo se apresenta como um dos fatores fundamentais, mas não o único explicativo desta realidade. A tese da democracia racial brasileira manteve escondido o preconceito que contribuiu para que os negros fossem vistos como culpados por suas condições econômicas periféricas.

Palavras-Chave

Racismo. Democracia Racial. Pobreza. Identidade Nacional

RACISM AND THE RACIAL QUESTION IN THE INTERPRETATIONS OF BRAZIL

Abstract

The present study aims to address how, over the years, different intellectual conceptions have addressed the ethnic racial phenomenon in Brazil. Addressing the three fundamental aspects: nineteenth-century scientific racism, the hegemonic theory in the present day, which is the myth of racial democracy, and the structuralist conception of poverty starting with the study of the Negro. The black population in the country remains marginalized and racism is presented as one of the fundamental factors, but not the only explanatory of this reality. The thesis of Brazilian racial democracy kept the bias hidden and contributed to the blacks being seen as guilty of their peripheral economic conditions.

Keywords

Racism. Racial Democracy. Poverty. National Identity

*Doutor em Ciências Humanas pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor e pesquisador do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais, da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), pesquisando e lecionando os seguintes temas no mestrado e doutorado e na graduação: sociologia e antropologia do direito, profissões jurídicas, ensino do direito, desigualdades sociais, acesso à justiça, criminalização da pobreza, arte-protesto, sociedade de consumo, racismo no Brasil, movimentos sociais, cultura política brasileira e violências de gênero. Os temas de pesquisa são desenvolvidos, geralmente, a partir das teorias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias.

*Doutoranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Possui especialização em Direito Processual Civil, pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Graduação em Administração com ênfase em análise de sistemas e Graduação em Direito. Membro do Grupo de Pesquisa "Direito, Sociedade e Cultura". Advogada.

INTRODUÇÃO

O debate sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras levou para a mídia e outras esferas de ação pública uma importante reflexão que já vinha sendo trabalhada em círculos acadêmicos e, principalmente, era sentida diariamente na vida prática pela população negra do país: existe racismo no Brasil. Ele é expresso, por vezes, simbolicamente, mas, embora muitos indivíduos (que nunca sofreram com agressões deste tipo) tentem constantemente negar, essa violência muitas vezes também aparece verbalmente, fisicamente e institucionalmente. Dados apresentados em 2016 pelo IPEA¹ dão conta de que a média salarial de uma mulher negra é inferior a 40% da de um homem branco no país. Contribuem para este dado os mecanismos discriminatórios de raça e gênero.

O racismo não se trata apenas de uma atitude perante a qual determinados sujeitos se pensam superiores devido a fatores bio-geográficos. O racismo é também é uma teoria (SANTOS, 1984), e como tal, torna-se importante descrever e combater as teses racistas. Abordaremos, neste ensaio, as teses referentes ao racismo brasileiro, mais precisamente sobre a forma de como chegamos a constituir um tipo *sui generis* de racismo que, como afirma Florestan Fernandes, possui “o preconceito de se ter preconceito”. Enquanto diversos países do mundo passaram por experiências de segregacionismo étnico (a segregação pode ser legal, como houve nos Estados Unidos em que havia legislação distinta entre negros e brancos ou extralegal, como na Bolívia, em que índios foram impedidos de morar em certas regiões, embora nenhuma lei permitia tal postura discriminatória), no Brasil, desde os anos 1930, predomina um certo orgulho nacional dos indivíduos, em fazer parte de uma nação que oferece exemplo para o mundo de sua democracia racial².

Nas últimas décadas, os movimentos sociais ligados a questões étnicas, têm pautado o debate sobre o racismo brasileiro. Abundam na mídia, casos em que, por algum tipo de confusão racista, negros são convidados a utilizarem o acesso exclusivo para funcionários, recebendo repreensões ou simplesmente sendo impedidos de entrar em locais que, por serem de elite, não esperam pessoas que não sejam brancas em seus espaços³.

Para Joel Rufino dos Santos, “nos Estados Unidos, o negro tem uma pistola apontada para sua cabeça; no Brasil, ela esta apontada para as suas costas. Para quem segura a pistola, a segunda situação, sem dúvida é a mais cômoda” (SANTOS, 1984, p.46).

¹ <http://veja.abril.com.br/economia/mulher-negra-ganha-menos-de-40-da-renda-de-homem-branco-diz-ipea/> 11 de março de 2016.

² Durante os anos 1960 a ONU encomendou estudos para pesquisadores internacionais, pois acreditava que por aqui realmente a convivência Inter étnica era democrática e poderia servir de exemplo para outros países do mundo.

³ Ficou famoso o caso do Neurocientista estadunidense Carl Hart que em agosto de 2015 foi impedido de entrar no hotel em que estava hospedado sendo interpelado por diversas vezes pelos recepcionistas se o mesmo tinha certeza que se tratava do hotel correto. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1675340-neurocientista-negro-e-barrado-em-hotel-onde-ministraria-palestra-em-sp.shtml>

1 A ESCRAVIDÃO COLONIAL NO BRASIL

O processo de colonização do Brasil se deu por meio da introdução em seu território de um contingente enorme de indivíduos vindos do continente africano para trabalhar nas lavouras por meio da escravidão. Distinta de ser apenas uma forma de exploração da força de trabalho, a escravidão no Brasil se converte em uma instituição com fortes impactos na vida social do país.

O racismo colonial era fruto de um contato etnocêntrico com as culturas africanas. A busca de rotas alternativas para comercialização com o oriente foi o que oportunizou Portugal a ser o primeiro país europeu a contornar o périplo do continente africano em 1492. Neste período o português teve contato com os povos africanos e principalmente com suas riquezas. Durante anos foi conveniente ao português visitar a costa do continente rapinando os povos locais e abastecendo o mercado europeu com produtos da região.

O estabelecimento da divisão ibérica do mundo através do tratado de Tordesilhas coloca o país numa situação complexa. A pequena população portuguesa deveria ser capaz de colonizar um território continental. A investida inicial de envio de sujeitos marginais à sociedade era pouco eficiente do ponto de vista econômico. Ao mesmo tempo, os povos nativos não possuíam o contato com ouro e prata encontrado pelos espanhóis através das grandes civilizações pré colombianas. Por meio da escravidão, uma instituição inexistente até o momento em Portugal, mas encontrada na África, que o empreendimento consolidou-se.

No entanto, os homens não são compostos apenas de interesses materiais. Havia necessidade de justificar, através da construção de ideologias, o uso da mão de obra da população negra sem a devida contrapartida. O território brasileiro formou a maior população de negros fora do continente africano, a segunda maior população negra do mundo. Os números expressivos foram possíveis apenas com as migrações forçadas em péssimas condições, para servirem de escravos nas lavouras brasileiras. O conjunto do tratamento prestado aos escravos foi possível com o uso de incentivo através de ideologias religiosas confeccionadas por um importante parceiro da coroa, a ordem católica companhia de Jesus. O amparo “divino” à escravidão dava-se por meio da suposta inexistência de alma nos negros. Este elemento aliviava o sono dos escravistas em um tratamento dispensado que se assemelhava ao conferido aos animais (VITA, 2000).

Aquela motivação religiosa perdeu sua importância com o passar dos anos, mas, as ideologias reproduzidas são criadas e recriadas constantemente. Desta forma, o tratamento concedido ao negro pela hierarquia patriarcal durante a colônia, transmitiu a herança aos demais períodos históricos do Brasil até a atualidade sobre o local ocupado pela população negra na sociedade. Esses elementos que contribuem para um tratamento racista geram um *handicap* ao negro sobre todas as suas relações sociais e econômicas. Além disso, a ciência justificadora do racismo e o abandono dos escravos, por parte do Estado, são outros importantes fatores desta realidade.

2 AS INFLUÊNCIAS DO RACISMO CIENTÍFICO DO SÉCULO XIX SOBRE O BRASIL

O pensamento social brasileiro até as primeiras décadas do século XX foi fortemente influenciado pelos estudos científicos europeus que ressaltavam variáveis biológicas como determinantes fundamentais para o desenvolvimento das sociedades. O famoso antropólogo criminal italiano Cesare Lombroso (2013), acreditava que a propensão ao crime estava ligada a características típicas hereditárias carregadas pelo criminoso. Segundo este pensamento, os crimes praticados na atualidade não são exatamente culpa dos atuais sujeitos envolvidos, que em muitos casos lutam contra seus instintos primitivos, mas fazem parte de uma herança genética da qual não conseguem se livrar. Utilizando-se de elementos oriundo das teorias evolucionistas da antropologia e também da evolução das espécies de Darwin, Lombroso acaba por estabelecer características típicas do criminoso.

Os trabalhos de Lombroso na realidade revestiam de uma roupagem científica os sentimentos racistas do século XIX. Este período foi o de maior força da ciência positivista e também o do avanço do imperialismo europeu sobre o continente africano. A antropologia evolucionista fazia parte do conjunto de argumentos ideológicos justificadores da ação imperialista. O processo colonialista era tratado como uma proposta de inclusão, mesmo que forçada e a base de rapina, de sociedades tradicionais a um nível evolutivo semelhante ao europeu. Por isso, visto como maus menores frente às possibilidades de permanecerem vagando anos e anos nos caminhos do atraso, os objetivos do capitalismo europeu se encontravam com os interesses teleológicos das sociedades ao redor do mundo.

A maneira como os preconceitos de uma época, e particularmente deste período, pode contaminar o ambiente científico, é trabalhado pelo naturalista inglês Stephen Jay Gould em “A Falsa Medida do Homem”. O autor apresenta os estudos de craniometria realizados por George Morton nos quais buscava atestar que o tamanho da caixa craniana está diretamente relacionado à capacidade lógica e de raciocínio. Para isso, realizou experimentos divididos conforme a origem étnica e comprovou sua hipótese confirmando que os europeus possuem os maiores alojamentos encefálicos, seguidos das demais etnias e por último, os africanos. Mas, a pesquisa apresenta inúmeros erros de análise experimental. Desde a coleta de crânios até a medição, são repletos de características tendenciosas que favoreceram os “vencedores” europeus. Segundo Gould, de uma maneira geral, os estudos do determinismo biológico são em grande parte forjados, consciente ou inconscientemente, pelos pesquisadores envolvidos.

Segundo o antropólogo francês Claude Levi-Strauss (1976) em trabalho encomendado pela Unesco, o evolucionismo social é uma proposta “perigosamente sedutora” ao apresentar fatos referentes a existência de diversidade entre as sociedades humanas ao longo da história. Para Levi-Strauss, a proposta de Charles Darwin de uma evolução das espécies através da seleção natural, é uma das teorias de maior possibilidade probabilística no campo das ciências da natureza, no entanto, quando nos referimos ao meio social, não podemos classificar artefatos como se fossem animais sob pena de haver, no evolucionismo social, uma série de equívocos de aplicação ao ambiente.

Outro autor que provocou importante impacto intelectual é o francês Arthur de Gobineau (PETRUCCELLI, 1996). Para ele, as raças apresentam características distintas segundo as aptidões culturais de cada uma delas. Embora ele também apresentasse uma prevalência dos brancos, o maior impacto sobre a sociedade brasileira se deve a visão que ele possui da miscigenação. Embora se numa combinação de dois grupos raciais, o superior perdesse importantes elementos de suas características positivas, era uma maneira de contribuir com a evolução da raça tida como inferior.

Durante o século XIX havia um olhar depreciativo sobre o que era ser brasileiro. Vários intelectuais expressaram o descontentamento com a prevalência de negros na população nacional e também não se demonstravam felizes com a mestiçagem. Entre os intelectuais brasileiros, aquele que mais difundiu as teses do racismo científico foi Oliveira Vianna (2005), já no século XX. O autor acreditava que as características físicas da população (em particular às étnico-raciais) são fundamentais para se compreender a sociedade em que se está inserido. Embora ele mesmo fosse mulato, não acreditava na existência de capacidade civilizacional dos povos negros. Para ele, havia uma predominância da raça branca sobre as demais e o Brasil só poderia ser um país com civilização avançada em casos onde houvesse um processo de trocas raciais que produzissem sujeitos mais brancos.

Durante um importante período no final do século XIX, o Brasil e a América latina adotaram estratégia que ficou conhecida como política de embranquecimento. Os países da região, ao se compararem com os europeus e se classificarem como atrasados, encontraram, na existência de um contingente muito numeroso de pessoas pardas e mestiças, fator justificador desta condição. Muitos destes países resolveram adotar incentivos à migração de populações europeias para a região. Entre 1870 e 1930 o Brasil recebeu cerca de três milhões de imigrantes oriundos principalmente dos territórios italianos e alemão.

Ao invés de produzir brasileiros mais brancos, na realidade, amorenou os europeus e, de outro lado, os imigrantes aos poucos iriam substituir a mão de obra escrava (e negra) que ocupava a lavoura e que começava a formar a classe operária fabril. A preferência pela mão de obra do imigrante colocou a população negra às margens do sistema econômico brasileiro. Ao negro coube ocupar postos de trabalho secundários e instáveis ou permanecer sem emprego por meses seguidos compondo o exército industrial de reserva.

A posição marginal na economia, que muitas vezes oscila para o ócio ou para uma vida criminosa, irá, posteriormente, contribuir negativamente com a argumentação racista sobre o desenvolvimento intelectual e a capacidade de trabalho produtivo dos negros, do mesmo modo que a edição de leis contra a vadiagem e práticas culturais afro-brasileiras contribuiriam para a exclusão social das populações negras e ampliação dos preconceitos raciais (FERNADES, 2008).

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena – de prisão cellular por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E“ considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo máximo, a pena do art. 400.

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Si nesses exercicios de capoeiragem perpetrar homicidio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança publica, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para taes crimes. (GAMA APUD SERAFIM, 2011, p.9).

O extrato acima retirado do código penal brasileiro de 1890, demonstra a maneira como o Estado, que havia abandonado o negro após o fim da escravidão, ainda tratou de criminalizar suas práticas. O racismo institucional no Brasil aparece camuflado por legislações que atingem, preferencialmente, a população negra, como esta que proíbe a capoeira.

3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Durante as primeiras décadas do século XX, começa a crescer entre os maiores intelectuais brasileiros certas visões de que a qualidade do povo brasileiro estava em sua capacidade de misturar. Na mesma década de 1930, veio a público o mais importante livro de interpretação do Brasil: *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2003). A obra realizava uma verdadeira revolução na históriografia do Brasil ao usar técnicas de narrativa utilizadas pelas ciências sociais e uma linguagem quase que literária. Amplamente elogiada pela intelectualidade do período, o livro passou a ser o ensaio brasileiro mais traduzido até hoje, e para muitos apresentava, de fato, os traços originais da brasilidade. Como não poderia deixar de ser, *Casagrande e Senzala*, que já nascia um clássico, se transformou em visão hegemônica sobre o Brasil não apenas nos meios intelectuais, mas em qualquer debate da vida prática.

Aqui, o que nos interessa são os elementos conceituais que permitiram a esta obra ascender ao posto de paradigma dominante de interpretação do país, derrubando os conceitos vigentes, oriundos do racismo científico. Para Gilberto Freyre, a colonização do Brasil se deve a um tripé que envolve um tipo de estrutura familiar que dará origem ao tipo de Estado: o patriarcado; as dificuldades e limitações climáticas do país que permitiram ao povo português ser o único naquele período com capacidade para realizar tamanho desafio, devido ao contato que possuía com os povos árabes e africanos e principalmente por desenvolver sua miscibilidade com estes povos e a interpenetração das etnias fundadoras do país.

A miscigenação em nossas terras era utilizada como fator explicativo para o que se considera ser um sucesso de colonização (a unicidade das terras portuguesas, o espírito pacífico do povo, os fatores emocionais do seu caráter, etc). O olhar sobre estas relações que focam em elementos de possíveis acordos integrativos relega à segundo plano o processo violento pelo qual ocorreram as incorporações dos povos in-

dígenas e africanos à colônia. O próprio processo de escravidão é visto a partir dos escravos domésticos⁴ que possuíam certos privilégios frente aos demais escravos. Ainda assim, para ele, haveria uma necessidade econômica por parte dos senhores, que precisavam do maior rendimento possível com o uso da mão de obra. Os senhores de engenho perceberam que o uso exagerado de força e altas condições de exploração do trabalho eram inversamente proporcionais ao sucesso do empreendimento comercial. Segundo Freyre (2003), estes elementos foram fundamentais para que por aqui houvesse uma escravidão que pouco teve de cruel e que entregava ao trabalhador uma alimentação abundante e reparadora.

Enquanto os intelectuais brasileiros até o presente momento incentivavam políticas como as propostas de embranquecimento da população brasileira com a vinda de imigrantes europeus que pudessem “melhorar” a composição racial e minorar os prejuízos causados pelas raças inferiores numa visão próxima ao pensamento de Gobineau, Gilberto Freyre realiza uma inversão ao valorizar a mestiçagem brasileira.

O posicionamento intelectual servia de auto-estima fundamental para um país que iniciava um processo de reformas políticas populistas. O governo de Getúlio Vargas, através da propaganda oficial, promovia a noção de povo utilizando a mesma ideia de integração de múltiplas culturas. Por outro lado, este governo tratou de nacionalizar elementos da cultura negra que haviam sido perseguidos durante períodos anteriores. Elementos como a agilidade e ginga dos capoeiras, o ritmo africano do samba e da mulata passam a ser exportados como traços culturais da identidade nacional. O governo realiza aporte financeiro para a realização das primeiras ligas de futebol e para o desfile e concurso das escolas de samba na avenida principal da cidade do Rio de Janeiro.

Embora intelectuais como Monteiro Lobato e Jorge Amado tenham recebido a obra de Freyre com enorme entusiasmo, relacionando-a com suas próprias visões sobre o conflito étnico no país e com a revisão da identidade nacional que estava sendo promovida, se faz mister observar detremidos traços desta visão (RUGAI, 1986). Assim como havia feito Gobineau, em Casa Grande e Senzala existe uma confusão entre o que seria uma raça biologicamente definida e possíveis características sociais dos grupos culturais retratados. Ambos percebem elementos genéticos como fundamentais para compreensão do meio social, mas, com uma diferença: enquanto o pensador francês tratava de forma depreciativa a miscigenação brasileira, o pernambucano promove a sua valorização.

A concepção de etnia negra já por si só apresenta certo desconhecimento da diversidade cultural dos povos que foram atacados pelo processo de escravidão. Os senhores de engenho eram informados antes de adquirir um escravo sobre a origem étnica do cativo. Por isso, as senzalas eram como Torres de Babel, em que os morado-

⁴ Os trabalhos domésticos serão a única profissão do início do século em que aparecem mais pessoas negras do que imigrantes em São Paulo. Segundo a pesquisa realizada por Florestan Fernandes, em muito se deve a que a categoria teve poucas transformações com o processo de abolição. Enquanto escravos gozavam de certos privilégios principalmente por estarem tão próximos da vida íntima de seus senhores. Quando libertos passam à condição de assalariados em situação mais fragilizada. Apenas recentemente, com o estatuto das empregadas domésticas, quando a própria condição do mercado de trabalho levava muitas trabalhadoras domésticas para a formalização em outras áreas é que se percebeu a necessidade de regulamentar e pagar os devidos direitos trabalhistas a estas categorias.

res não se entendiam por possuírem diferentes religiões, hábitos, línguas e etnias rivais em solo africano. Existia certa dificuldade em se compreenderem como iguais a fim de lutarem contra a escravidão. Há relatos na Bahia em que manifestações de escravos foram boicotadas por membros de outras etnias sobre a acusação de serem “coisas de Nagô” (ANDREWS, 2003).

A simplificação da cultura negra (que também ocorre com as tribos indígenas), a redução da violência na escravidão e a valorização dos relacionamentos sexuais interétnicos são alguns dos traços da criação literária sobre a fundação do país. Enquanto se acreditou que Freyre estava libertando o Brasil de seu preconceito racial, ele estava, na verdade, transferindo o preconceito para outra esfera menos visível. O autor havia criado a ideologia fundamental de interpretação do país através do que passou a ser chamado criticamente de mito das três raças (ORTIZ, 2008).

O racismo à brasileira escondido sobre o manto da democracia racial continuou a relegar os negros brasileiros a uma vida de pobreza e miséria, quando não encarcerados. Por isso a necessidade de compreender os fatores que levaram a população de ex-escravos a ocupar os piores espaços da vida social no país.

4 A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE SOBRE O OLHAR DE FLORESTAN FERNANDES

Diante de tantas teorias de interpretação do Brasil que punham ênfase em sua diversidade étnica racial, o paulista Florestan Fernandes (2008) desenvolve uma importante pesquisa na década de 80, sobre a integração do negro no capitalismo Brasileiro. Importante ressaltar que esta preocupação seria desmedida enquanto a sociedade permanecesse com o trabalho escravo em que não houvesse previsão de mobilidade social.

O capitalismo é marcado pela livre concorrência. Onde os indivíduos podem consumir quando e onde preferirem contanto que tenham algo para trocar. Na sociedade capitalista todos precisam trocar mercadorias, nem que seja a sua capacidade produtiva enquanto força de trabalho. A dificuldade dos negros se tornarem mercadoria nos primeiros anos após a abolição da escravidão está intimamente ligada às limitações para o consumo de bens essenciais a vida nas sociedades modernas. Quer dizer, há dois fatores importantes que se combinam e se reproduzem, o fato de o negro não se adaptar ao mercado gera empobrecimento deste grupo, ampliando suas dificuldades de alcançar postos de trabalho num ciclo vicioso que causa maiores prejuízos a esta população.

A promulgação da lei que pôs fim à escravidão no Brasil deu-se sem que o Estado planejasse qualquer tipo de reparação, indenização ou proposta de inclusão na sociedade de classe que estava nascendo. Influenciados por doutrinas liberais o país foi o último do mundo a banir de seu sistema jurídico a existência de trabalho escravo. Os principais objetivos com o fim da escravidão eram de ampliar o mercado consumidor e tornar o país mais moderno. No entanto, os governantes não conseguiram formular a concepção básica de como uma massa empobrecida poderia consumir produtos do mercado externo e, muito menos, qual a contribuição para a consolidação de instituições mais modernas no país.

Um dos importantes elementos que dificultaram a inserção do escravo ao trabalho relaciona-se com a ideologia presente onde o trabalho é visto como “coisa de escravo”. No fim da escravidão, o trabalho ligado à lavoura e ao mesmo senhor era visto como manutenção na ordem escravista por parte dos negros. Por outro lado, os senhores também apresentavam resistência em pagar salários aos ex-escravos que eles acreditavam ser seus por direitos adquiridos pela compra. A impossibilidade de trabalhar na lavoura provocou um êxodo dos negros para as cidades.

A condição nas cidades não se apresentavam melhores aos negros. Uma das razões está ligada à não percepção da diferença entre a compra temporária da mão de obra do assalariado e a compra completa do corpo enquanto escravo que gerava enorme resistência para que os negros se mantivessem estáveis nos trabalhos que conseguiam. Muitas vezes estes trabalhadores eram pouco produtivos, faltosos e indisciplinados. Para agravar ainda mais sua condição, chegava ao Brasil uma mão de obra concorrente: sem o olhar depreciativo sobre o trabalho, acostumados com o modelo capitalista de assalariamento e com a organização da vida na ordem competitiva, os imigrantes europeus passam a ser mão de obra prioritária nas lavouras, fábricas e comércio no Brasil. No início do século não havia um posto de trabalho em que italianos e alemães fossem menos valorizados (FERNANDES, 2008).

A condição do negro sem trabalho e ao mesmo tempo sendo obrigado a sustentar sua família, era habitar cortiços ou moradias autoconstruídas em favelas, alternando entre trabalhos temporários e flerte constante com atividades criminosas. Este cenário foi sendo reproduzido através dos anos e colocando o negro como empobrecido do meio social.

As pesquisas atuais sobre pobreza e exclusão social, como os trabalhos de Jesse Souza (2003), não apresentam uma realidade diferente para o negro. Constantemente tratado fora dos limites básicos de cidadania, o negro recebe além do preconceito de cor, um preconceito mais forte e poderoso contra sua personalidade. Segundo o autor, a necessidade de um tipo de personalidade para a indústria moderna deixou de lado os pobres que são tratados como inadaptáveis e inúteis. Nessa personalidade se incluem elementos típicos das classes dominantes e que devem ser aprendidos desde a mais tenra idade. São características como a disciplina, o auto controle, o pensamento prospectivo que não são ensinados aos pobres e as famílias muitas vezes destruídas também não são capazes de produzir. Estas características são fundamentais para se candidatar a uma vaga de emprego, para obter sucesso escolar e para ser reconhecido socialmente. Os pobres em sua maioria são negros não por questões referentes a características biológicas destes sujeitos. A dificuldade de os negros se adaptarem a sociedade moderna tem relação com o fato de eles terem partido do pior ponto de largada numa sociedade competitiva.

Os argumentos racistas meritocráticos são incapazes de perceber os fatores históricos sociais da reprodução desta desigualdade. Por essa razão, o tema das cotas, que será analisado em outro artigo, se torna central para os movimentos sociais, inverte a concepção que relegou os negros a pobreza como parte de sua natureza genética para a revisão histórica dos elementos sociais que levaram a esta exclusão e do qual os negros foram vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo brasileiro é encoberto pela áurea sagrada da democracia racial. A democracia racial habita nas mentes dos brasileiros e faz parte de um conjunto de ideologias capazes de manter a sociedade sobre o controle das elites ricas e brancas. Assim, a violência institucional e a pobreza atingem profundamente a população negra.

A chance de um negro ser pobre, preso ou vítima de homicídio é muito superior à de um branco, no Brasil. Embora distinto do racismo empregado nos Estados Unidos por meio do qual se desenvolveu a ideia de que todos são iguais, porém separados, o mito da democracia racial criou uma sociedade que acredita em sua igualdade de tratamento, mas que configurou um cenário em que todos vivem juntos, porém separados pelos conflitos sociais.

A estratégia de esconder para diminuir sua importância é uma das mais antigas formas de tornar invisíveis alguns dos problemas e conflitos mais importantes do país. O encobrimento de uma hierarquia social também é percebido por outros intelectuais brasileiros, em particular, faz parte do mais importante trabalho de Roberto DaMatta (1997). Para o antropólogo fluminense, são os momentos de conflito em que os brasileiros localizados em posições hierárquicas superiores apresentam suas armas. O rito do “você sabe com quem está falando?”, apesar de não ter consagrado a questão racial no debate, funciona de forma muito semelhante, acobertando durante a maior parte do tempo os conflitos racistas que permanecem latentes até que alguém, por alguma razão, ouse descumprir as regras cotidianas de hierarquia social da população branca. A revelação de um conflito é abafada por um ritual de apresentação de armas simbólicas.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina (1800-2000)**. Trad. Magda Lopes. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007.
- BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e a Questão Nacional** em: MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera. *Inteligência Brasileira* ed. Brasiliense, 1986.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis para uma sociologia do dilema brasileiro** ed. Rocco: Rio de Janeiro, 1997.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. São Paulo, ed. Globo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da economia brasileira sobre a economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.
- GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.
- LEVI-STRAUSS, CLAUDE. **Raça e Classe**. In: *Antropologia Estrutural II* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. São Paulo: Ícone, 2013.
- OLIVEIRA VIANNA. **Populações Meridionais no Brasil**. Brasília, Conselho editorial do Senado federal, 2005.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PETRUCELLI, José Luis. **Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930** Estudos Sociedade e Agricultura, 7, dezembro 1996.

SERAFIM, Jhonata Goulart e AZEREDO, Jeferson Luiz. **A (des) criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940.** Em Amicus Curiae V.6, N.6 (2009), 2011.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo;** Coleção Primeiros Passos, ed Brasiliense, 1984.

SOUZA, Jesse. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

VITA, Alvaro de. **Sociologia da Sociedade Brasileira.** São Paulo: Ed. Ática, 2000.

